

N.F. N° - 213080.0011/18-9
NOTIFICADO - BRAVE COMPANY COMERCIAL E IMPORTADORA LTDA
NOTIFICANTE - ORLANDINA FERREIRA SILVA
ORIGEM - IFMT – METRO
PUBLICAÇÃO - INTERNET – 27.04.2021

6ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF N° 0136-06/21NF-VD

EMENTA: ICMS. NULIDADE. INOBSErvâNCIA DO PROCEDIMENTO LEGAL. VÍCIOS FORMAIS DE PROCEDIMENTO. Não foram observados os aspectos formais que devem revestir qualquer ato administrativo. Notificação Fiscal lavrada pela fiscalização de mercadorias em trânsito. A ação fiscal não se materializa como fiscalização de mercadorias em trânsito e sim, fiscalização em estabelecimento para verificação de fatos pretéritos. Verificado que os atos fiscalizatórios que culminaram na lavratura da Notificação Fiscal foram efetuados exclusivamente por servidor sem competência legal, em afronta às normas contidas na Lei nº 11.470/09, no Código Tributário do Estado da Bahia e no Regulamento do Processo Administrativo Fiscal. Representação à autoridade competente para refazimento da ação fiscal, a salvo das falhas apontadas. Instância única. Notificação Fiscal NULA, conforme dispõe o art. 18, I do RPAF-BA/99. Decisão unânime.

RELATÓRIO

A Notificação Fiscal em epígrafe, lavrada em 23/02/2018, exige do Notificado ICMS no valor histórico R\$9.139,43, acrescido da multa de 60% no valor de R\$5.483,66, perfazendo um total de R\$14.623,09, em decorrência do cometimento da seguinte infração:

Infração 01 - 54.05.08: Falta de recolhimento do ICMS referente à antecipação tributária parcial antes da entrada no território deste Estado, de mercadorias procedentes de outra unidade da Federação, por contribuinte que não preencha os requisitos previstos na legislação fiscal.

Enquadramento Legal: Alínea “b” do inciso III do art.332 do RICMS, aprovado pelo Dec. 13.780/12, c/c art. 12-A; inciso III do art. 23; art.32 e art. 40 da Lei 7.014/96.

Multa prevista na Alínea “d”, inciso II, do art. 42 da Lei nº 7.014/96.

A Notificante assim descreveu os fatos que motivaram a ação fiscal:

“A empresa não efetuou o pagamento do imposto devido tempestivamente, a mesma encontra-se DESCREDENCIADA com restrição de crédito na dívida ativa. Mandado de Fiscalização COE nº 14907789001579-2017710. DANFE’s nºs (6066, 6081, 128194, 130124, 13132, 69937, 13161, 13162 e 70003)”.

A Notificada apresenta, através de seu representante, peça defensiva com anexos, às fls. 28/73, onde inicia sua justificação informando que a empresa recebeu a notificação fiscal acima especificada no dia 28 de julho de 2018. Na referida notificação, a Superintendência de Administração Tributária – SAT do Estado da Bahia alega falta de recolhimento do ICMS

referente às antecipações tributária e parcial. Contudo, e após analisados os valores apresentados nas tabelas vinculadas a notificação fiscal, a Notificada identificou que todas as notas fiscais descritas estão com os cálculos escriturados e os pagamentos dos impostos efetuados dentro dos respectivos períodos de apuração, conforme preconiza o ordenamento tributário do Estado da Bahia.

Diz que a notificação fiscal 2130800011/18-9 encontra-se eivada de nulidades, fundamentou-se no descumprimento dos ditames do regulamento do ICMS do Estado da Bahia (copia o artigo 332 do RICMS/BA). Entretanto considerando que a Notificada possui estabelecimento há mais de seis meses neste estado e está adimplente com as obrigações acessórias e tributárias, usufruiu do benefício concedido no parágrafo 2º do artigo 332 do RICMS Bahia que dá direito de recolher o imposto a pagar no dia 25 do mês subsequente à entrada da mercadoria, por conta da cobrança infundada, a Notificada encontra-se atualmente descredenciada do programa de Antecipação do ICMS Especial, efetuando os recolhimentos antecipados por operação.

Para comprovação do pagamento do imposto de cada nota fiscal exigida na notificação fiscal, a Notificada compôs o cálculo de cada uma delas, considerando o valor do crédito destacado em cada nota fiscal, e as guias dos recolhimentos, conforme os moldes indicados no parágrafo 2º do artigo 332 do RICMS do Estado da Bahia, serve como prova ilibada dos pagamentos do ICMS Antecipado Parcial.

Informa que apoiado em todo o exposto e nas provas documentais acostados ao procedimento permite-se a Notificada, na exata forma processual administrativa, requerer:

Seja regularmente distribuída e conhecida a presente Defesa Escrita, sendo processada pelo órgão competente, e após, seja em face da cobrança, pelos motivos acima desfilados, declarar a Nulidade da notificação, objeto, destinando-a ao arquivo administrativo e, posteriormente, realizar a reativação da Inscrição Estadual no cadastro de clientes credenciados, visto que, conforme legislação deste Estado, a Notificada sempre foi beneficiada com pagamento postergado do ICMS Antecipado para todo dia 25 do mês subsequente ao exercício, para todos os casos de aquisições de mercadorias para revenda nas operações interestaduais, ocasião em que serão pagos todos os impostos em guias específicas. Ademais, nas aquisições dos materiais para uso e consumo, as obrigações tributárias foram liquidadas através de compensação com o débito escriturado no mesmo período de apuração do ICMS normal, conforme dispõe o inciso “T” do artigo 25 da Lei Estadual nº 7.014 de 1996.

VOTO

A Notificação Fiscal em lide exige ICMS do Notificado no valor histórico de R\$9.139,43 e é composta de 01 (uma) Infração detalhadamente exposta no Relatório acima, o qual é parte integrante e inseparável deste Acórdão.

Em preliminar, entendo pertinente registrar que na dicção do art. 2º do RPAF/BA (Decreto nº 7.629/99), a instauração, o preparo, a instrução, a tramitação e a decisão do processo administrativo são regidos, dentre outros princípios, o da verdade material, da legalidade, da garantia de ampla defesa e do devido processo legal.

“RPAF/BA - Decreto nº 7.629/99

(...)

Art. 2º Na instauração, preparo, instrução, tramitação e decisão do processo administrativo e dos procedimentos administrativos não contenciosos, atender-se-á aos princípios da oficialidade, da legalidade

objetiva, da verdade material, do informalismo e da garantia de ampla defesa, sem prejuízo de outros princípios de direito.

(...)"

Por sua vez, o art. 142 do CTN (Lei nº 5.172/1966), vincula a atividade fiscal às normas estabelecidas pela legislação tributária vigente, devendo a autoridade fiscalizadora agir nos estritos termos da legislação ao efetuar o lançamento do crédito tributário.

"CTN - LEI Nº 5.172/1966

(...)

Art. 142. Compete privativamente à autoridade administrativa constituir o crédito tributário pelo lançamento, assim entendido o procedimento administrativo tendente a verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente, determinar a matéria tributável, calcular o montante do tributo devido, identificar o sujeito passivo e, sendo caso, propor a aplicação da penalidade cabível.

Parágrafo único. A atividade administrativa de lançamento é vinculada e obrigatória, sob pena de responsabilidade funcional.

(...)"

Destaco ainda que o art. 20 do RPAF/BA (Decreto nº 7.629/99) expressamente determina que a nulidade seja decretada, de ofício ou a requerimento do interessado, pela autoridade competente para apreciar o ato.

"RPAF/BA - Decreto nº 7.629/99

(...)

Art. 20. A nulidade será decretada, de ofício ou a requerimento do interessado, pela autoridade competente para apreciar o ato.

(...)"

Do exame das peças processuais, observo a existência de vícios jurídicos intransponíveis relativos à legalidade do lançamento, que é um ato vinculado, devendo a autoridade fiscalizadora agir nos estritos termos da legislação, observando o devido processo legal.

A Notificação Fiscal resultou de uma ação de fiscalização realizada por Agente Fiscal lotado na Inspetoria de Fiscalização de Mercadorias em Trânsito da Região Metropolitana – IFMT METRO, para verificar possíveis irregularidades apontadas no MANDADO DE FISCALIZAÇÃO, DA CENTRAL DE OPERAÇÕES ESTADUAIS – COE, nº 14907789001579-2017710 emitida em 11/07/2017(fl.03), como está especificado na capa “Monitoramento Viés de Risco Sonegação Fiscal” e determina que “as unidades de fiscalização de mercadorias em trânsito da Secretaria da Fazenda deverão, prioritariamente, realizar as diligências e ações fiscais demandadas pelo COE”, ou seja, os relatórios gerados pelo COE não são documentos que sirvam por si só, como prova da sonegação do contribuinte, e tão somente um relatório base de indícios de sonegação, necessitando invariavelmente que o Agente Fiscal realize as diligências necessárias para comprovar o ilícito tributário por parte do contribuinte, e não simplesmente lavrando a Notificação Fiscal baseada neste relatório.

O que caracteriza a situação de “mercadorias em trânsito” não é o fato da autoridade fiscal se encontrar lotada na fiscalização de trânsito ou a utilização de Notificação Fiscal própria para as ações do trânsito, mas o fato das mercadorias se encontrarem efetivamente em trânsito, quando da ocorrência da situação sob investigação, o que não ocorre no caso em concreto, o relatório emitido pelo COE utiliza os arquivos da SEFAZ de NF-e já emitidas com destino a contribuintes do

Estado da Bahia, e não de mercadorias circulando, restando comprovado tratar-se de fato pretérito.

Destarte, considerando que nos termos da legislação tributária vigente, a apuração de imposto lastreado em fato pretérito é incompatível com a fiscalização de mercadorias em trânsito, entendo que o procedimento fiscal correto e que deveria ter sido adotado no caso em comento, seria aquele aplicável à fiscalização de estabelecimento, devendo ser satisfeitas todas as formalidades legais a ela inerentes e assim garantir em toda inteireza, a observância dos princípios do devido processo legal e consequentemente da ampla defesa e do contraditório.

Por outro lado, conforme consta no próprio relatório gerado pelo COE- Mandado de Fiscalização (fl. 03) e no INC- Informações do Contribuinte da SEFAZ, (fl.06) a Notificada é inscrita no Cadastro de Contribuinte do Estado da Bahia na condição de “NORMAL” e apura o imposto pelo regime de “CONTA CORRENTE FISCAL”. Dessa forma, no presente caso, a Notificante, na condição funcional de Agente de Tributos do quadro de funcionários da SEFAZ, não tem competência para a lavratura da Notificação Fiscal, com características de fiscalização de estabelecimento, conforme dispõe o inciso II, do art. 42 do RPAF-BA/99, *in verbis*:

“Art. 42. A função fiscalizadora será exercida pelos auditores fiscais e pelos agentes de tributos estaduais, sendo que:

I - compete aos auditores fiscais a constituição de créditos tributários, salvo na fiscalização de mercadorias em trânsito e nos estabelecimentos de microempresas e de empresas de pequeno porte que sejam optantes pelo Simples Nacional;

II - compete aos agentes de tributos estaduais a constituição de créditos tributários decorrentes da fiscalização de mercadorias em trânsito e nos estabelecimentos de microempresas e empresas de pequeno porte que sejam optantes pelo Simples Nacional.”

Portanto, da leitura do dispositivo legal, verifica-se que a competência para fiscalização deste tipo de empresa é atribuída exclusivamente aos auditores fiscais, inclusive os atos preparatórios vinculados à lavratura da Notificação Fiscal.

No desempenho de sua função, o agente fiscal, na constituição do crédito tributário, está obrigado a observar as regras de direito material, como também as regras de direito formal, que determinam como deve proceder.

Diante de tais constatações, e conforme dispõe o art. 18, I do RPAF-BA/99, considero que o lançamento é nulo, não sendo possível adentrar no mérito da lide.

Nos termos do art. 21 do RPAF-BA/99, recomendo à autoridade fazendária da circunscrição fiscal do notificado que analise a possibilidade de renovação do procedimento pela fiscalização de estabelecimentos, a ser realizado por um Auditor Fiscal, a salvo de falhas e incorreções.

De tudo exposto, voto pela NULIDADE da Notificação Fiscal.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 6ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, em instância única julgar NULA a Notificação Fiscal nº 213080.0011/18-9, lavrada contra BRAVE COMPANY COMERCIAL E IMPORTADORA LTDA.

Sala Virtual das Sessões do CONSEF, 23 de março de 2021

PAULO DANILLO REIS LOPES – PRESIDENTE/JULGADOR

4

4

4

JOSÉ CARLOS COUTINHO RICCIO – RELATOR

EDUARDO DUTRA FREITAS - JULGADOR